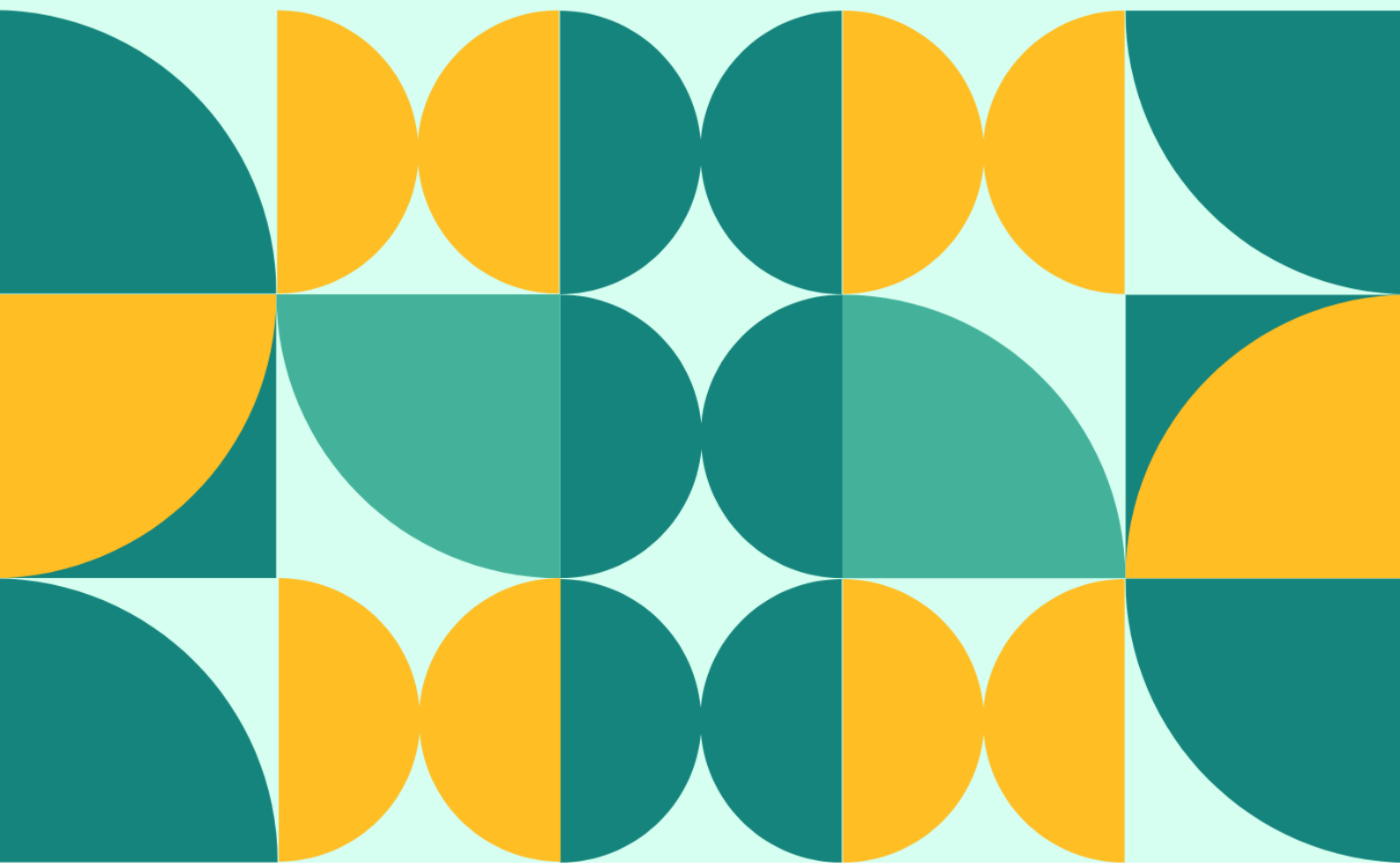




PREFEITURA
ARAÇOIABA DA SERRA

PLANO MUNICIPAL DE INCENTIVO À AGRICULTURA AGROECOLÓGICA

2023



PLANO MUNICIPAL DE INCENTIVO À AGRICULTURA AGROECOLÓGICA

PREFEITO MUNICIPAL

José Carlos de Quevedo Junior

EQUIPE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Gabriela Tolentino de Sá - Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

Allas Henrique Haro Manrique - Diretor de Meio Ambiente

Joam Queiroz Brito - Diretor de Agricultura

Aline de Moura Rodrigues - Gerente de Meio Ambiente

Antônio Carlos Tadeu Lopes da Silva - Assessor

Jéssica Gomes Siqueira de Oliveira - Engenheira Agrônoma

Ana Luíza Nithack - Médica Veterinária

Cecília Helena Coimbra Serra - INCRA

Everton Luciano Macedo - Assistente Administrativo

Betina de Cássia Manfredini Moraes - Advogada/ Estagiária em Ciências Biológicas

Fernanda Aparecida de Oliveira dos Reis - Estagiária em Ciências Biológicas

ELABORAÇÃO

Gabriela Tolentino de Sá - Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

Jéssica Gomes Siqueira de Oliveira - Engenheira Agrônoma

EDIÇÃO

Everton Luciano Macedo - Assistente Administrativo

SUMÁRIO

1. Diagnóstico	3
2. Objetivos.....	4
3. Práticas adotáveis	4





1. Diagnóstico

O município de Araçoiaba da Serra está localizado na região metropolitana de Sorocaba, na Bacia Hidrográfica Sorocaba e Médio Tietê. Possui aproximadamente de 688 estabelecimentos rurais segundo a base de dados do Cadastro Ambiental Rural, e 2.188 cadastros de pessoas físicas conforme informações oficiais do INCRA.

As principais atividades agrícolas realizadas são fungicultura, olericultura, fruticultura (lichia, jaboticaba, pitaya etc) e plantio de grandes culturas (milho, soja, trigo e feijão). Nas atividades de extensão rural e assistência técnica oferecidas pelo município, verificou-se que a grande maioria das propriedades utiliza preparo convencional de solo e técnicas não agroecológicas. Em sua maioria, há ampla utilização de técnicas não adequadas à agricultura tropical e subtropical, que não promovem o acúmulo de matéria orgânica no solo.

As práticas agrícolas não agroecológicas e não regenerativas causam degradação dos solos, contaminação dos corpos hídricos, uso de agrotóxicos e alto custo de produção. Tem-se como exemplo o plantio convencional, em que há revolvimento do solo através da aração e gradagem pesada, causando benefícios como remoção temporária de plantas espontâneas. No entanto, em longo prazo esta prática acarreta perda da camada fértil do solo e erosão, pois o esboroamento destrói os agregados do solo, gera a lixiviação dos coloides e, por consequência, a falta de aeração, compactação e queda na atividade biológica do solo. Para exemplificar este diagnóstico, citam-se os estudos de Menck (1993), que detectaram no município 68,6% das terras apresentando perdas de solo fora dos limites de tolerância, na ocasião da análise.

Além do problema da erosão, a agricultura convencional utiliza insumos químicos que causam contaminação de corpos d'água. Fora os problemas ambientais, pensando-se na questão socioeconômica, a alta volatilidade no preço dos insumos, cotados em moeda norte-americana, tende a reduzir a margem de lucro dos produtores rurais. A sazonalidade dos produtos e sua homogeneidade causam queda dos preços, gerando dificuldades de comercialização e ameaça à permanência do produtor rural no campo.

Com base neste cenário, torna-se fundamental que o poder público interfira nesta situação, utilizando-se de mecanismos de incentivo à agricultura regenerativa. Desta

maneira, efetuou-se, com base na demanda popular e na tendência mercadológica de adesão aos produtos sustentáveis, o Plano Municipal de Agroecologia.

2. Objetivos

- Incentivar a agricultura regenerativa para o desenvolvimento de produção sustentável ambiental, social e economicamente;
- Promover a segurança alimentar, nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (ONU, 1948);
- Promover o manejo conservacionista do solo no município;
- Incentivar o Sistema Plantio Direto (SPD) com a finalidade de recuperar a agregação do solo, combater a erosão, realizar a ciclagem de nutrientes, incorporar matéria orgânica aos solos e recuperar sua atividade microbiológica;
- Promover a autonomia produtiva e rentabilidade do negócio nas propriedades rurais, minimizando a necessidade de aquisição de insumos;
- Aumentar a qualidade, a diversificação e o valor agregado dos produtos agrícolas, incentivando a comercialização do produto ambiental e economicamente sustentável;
- Combater o êxodo rural;
- Promover a inclusão de parcela vulnerável da população ao arranjo mercadológico, através do incentivo à comercialização.

3. Práticas adotáveis

Com o intuito de propiciar a execução do Plano Municipal de Incentivo à Agricultura Agroecológica, a seguir são enumeradas as práticas a serem adotadas pela gestão pública municipal:

- a) Do aparato legal
 - Criar legislação específica para incentivo à produção e consumo agroecológico.

b) Da aquisição de recursos

- Pleitear recursos e aderir projetos de fomento de instituições públicas ou privadas voltados à agroecologia;
- Estabelecer termos de cooperação técnica e outras formas de parceria com instituições de ensino e pesquisa.

c) Das ações de incentivo à produção:

- Realizar projeto piloto de produção agroecológica, adotando como prioridade a inclusão de população socialmente vulnerável e integrando-o com atividades de extensão rural;
- Criar manual ilustrado sobre a melhoria dos atributos químicos e biológicos do solo, tendo como base o projeto piloto de agroecologia.
- Ampliar a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), promover capacitação e treinamentos para elevar a autonomia e habilidade do produtor, visando ampliar a qualidade dos resultados alcançados na produção;
- Ampliar o acesso à água e a tecnologias que possibilitem seu reuso e economia;
- Criar o banco municipal de sementes crioulas, para ampliar o acesso a material genético diversificado.

d) Do incentivo à comercialização e mitigação da informalidade:

- Inclusão dos produtos agroecológicos no cardápio escolar;
- Fortalecer as redes de produção de base agroecológica, como a formação e desenvolvimento de cooperativas;
- Promover a criação de uma Organização de Controle Social (OCS) no município, com o objetivo de regulamentar a produção de produtos orgânicos;
- Conceder o certificado de transição agroecológica, que poderá ser utilizado como forma de selo nas embalagens ou nos estandes de comercialização, oferecendo maior valor agregado e melhorando a imagem dos produtos;
- Promoção de feiras de comercialização e incentivo à aquisição dos produtos agroecológicos;

- Divulgar a produção agroecológica local para dar ciência de seus benefícios e promover a ponte produtor-consumidor;
- e) Da conservação ambiental
- Vincular a proteção de nascentes e APPs ao maior grau de acesso a recursos públicos, retribuído como Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Exemplo da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo:



Número xx/xx (ano x de 5)

CERTIFICADO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA



Certificamos que
NOME COMPLETO

CPF XXX.XXX.XXX-XX, agricultor(a) na Fazenda/Sítio XXXX no município XXXX, aderiu voluntariamente ao Protocolo de Transição Agroecológica e estímulo à produção orgânica, por meio Instituição de ATER XXXXX, e compromete-se a cumprir as metas do Plano de Transição e a seguir as diretrizes técnicas de boas práticas agroambientais.

Validade: 01 ano

São Paulo, xx/xx/xxxx.



Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO